



Relatório Anual 2009



O Relatório Anual 2009 também está na Internet:
www.mjds.com.br/banorte

- 3** Mensagem do Diretor Superintendente
- 4** Mais tranquilidade para o sistema
- 5** O ano na Fundação Banorte
- 8** Quem somos
- 9** Órgãos de Administração

Encarte

Demonstrações Contábeis

Parecer Atuarial

Parecer dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Manifestação do Conselho Deliberativo

Demonstração Patrimonial e de Resultados

Informe Resumo dos Investimentos

Resumo da Política de Investimentos



Impresso em papel certificado pelo FSC (Conselho de Administração de Florestas), organização não-governamental independente que define fundamentos de certificação florestal em todo o mundo. O selo assegura que critérios sociais, ambientais e econômicos foram seguidos durante o manejo florestal.

Relatório Anual 2009

Começamos 2009 com a perspectiva de um ano particularmente difícil em função dos possíveis impactos da crise que abalou a economia mundial em meados de 2008. Ficamos, então, muito satisfeitos ao constatar que saímos de 2009 melhor do que entramos.

Para isso, concentramos nossa energia em duas frentes: o aprimoramento dos processos e controles de nossas atividades e a gestão precisa e criteriosa do patrimônio da entidade. Sempre importantes, estes dois aspectos são ainda mais essenciais em momentos de alto risco, pois propiciam eficiência, credibilidade e solidez. É dessa forma que podemos atingir nossos objetivos de curto, médio e longo prazos, garantindo a entrega dos benefícios oferecidos aos participantes.

Iniciamos também um movimento significativo e que será aprofundado em 2010. Sua base é a sinergia entre as sete entidades de previdência complementar do Itaú Unibanco. Fundação Banorte, UBB Prev, Fundação Itaúbanco, Fun-

bep, ItaúBank, Prebeg e Bemgeprev possuem, juntas, um patrimônio que ultrapassa R\$ 14 bilhões e cerca de 65 mil participantes, sem contar os milhares de dependentes indiretamente ligados a nossos planos.

É para atender às suas necessidades presentes e futuras que buscamos a excelência. O envolvimento dos participantes é essencial nesse processo e, por isso, temos procurado mantê-los bem informados, inclusive nos antecipando às recentes recomendações da Secretaria de Previdência Complementar em termos de educação previdenciária e financeira. Isso se dá tanto pelo atendimento telefônico e pessoal como por meio de nossos eventos e veículos de comunicação.

Podemos ser ainda melhores? Podemos e queremos. Em 2010, não vamos descansar diante dos bons resultados de 2009. Eles serão nosso maior estímulo para continuar trabalhando de maneira eficaz, transparente e segura.

Sergio Fajerman

Diretor Superintendente da Fundação Banorte

Mais tranquilidade para o sistema

Maior flexibilidade nas regras que regulam seus investimentos e a esperada criação da Previc marcaram um bom ano para as entidades fechadas de previdência complementar.

Dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) mostram uma sólida recuperação do sistema após o abalo econômico-financeiro de 2008, quando pela primeira vez, desde 1995, os fundos de pensão encerraram o ano com resultados negativos. A retomada, em julho de 2009, já apontava rentabilidade de 11,7% contra um passivo atuarial de 6,55%.

Em outubro, as estatísticas do setor indicavam a existência de 372 fundos de pensão, com patrimônio na marca de R\$ 473 bilhões (16,2% do PIB), atendendo a quase 2,9 milhões de participantes (ativos e assistidos) com cerca de 4,4 milhões de dependentes. Diante da vitalidade do sistema, especialistas projetam que até o ano de 2021 o patrimônio dos fundos deverá chegar a R\$ 1,6 trilhão, equivalendo a 40% da projeção do PIB brasileiro.

O grande desafio agora é gerir os investimentos das entidades em meio a um ambiente econômico com taxas de juros mais baixas. Para regular essa questão, o Conselho Monetário Nacional divulgou a Resolução nº 3.792, em setembro de 2009, com novas diretrizes para aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelos fun-

dos de pensão. As regras ampliam o limite máximo destinado à renda variável, criam a possibilidade de aplicar em novos segmentos e, em contrapartida, exigem a certificação dos dirigentes e demais profissionais envolvidos nas decisões de investimento.

Outras importantes normas foram incorporadas ao setor, tendo como direcionamento básico incrementar a transparência e a governança das entidades. As regras abrangem temas como critérios e limites para custeio das despesas administrativas, procedimentos contábeis e a forma e periodicidades para envio de informações à Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

Quase no final do ano, no dia 23 de dezembro, uma notícia trouxe ainda mais impulso ao sistema: a criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) - uma autarquia autônoma administrativa e financeiramente, com patrimônio próprio, e vinculada ao Ministério da Previdência Social. A Previc substituiu a SPC e é agora o órgão responsável por fiscalizar e supervisionar as atividades dos fundos e executar políticas para o regime de previdência complementar fechado.

O ano na Fundação Banorte

Em 2009, a Fundação Banorte aperfeiçoou seus procedimentos e processos, promoveu melhorias em suas atividades e levou adiante a meta de estar sempre ao lado dos participantes. Seus profissionais continuam sendo continuamente capacitados para atender às diferentes solicitações de todos os que procuram a entidade para obter informações, esclarecer dúvidas ou sugerir mudanças que possam aprimorar ainda mais os serviços oferecidos.

Alteração no Estatuto

No dia 24 de abril, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar o novo texto do Estatuto da Fundação Banorte. A alteração foi feita no Artigo 30 que trata da composição da Diretoria Executiva e das atribuições de seus membros quanto à representação da entidade e à movimentação de recursos.

Reuniões dos Conselhos

Em 2009 ocorreram as reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Os conselheiros puderam, nesses encontros, avaliar processos, atividades e números relativos à entidade. A composição dos Conselhos e da Diretoria da Fundação Banorte foi alterada ao longo do ano em decorrência de modificações na estrutura organizacional do Itaú Unibanco (a formação atualizada está na página 9).

Maiores e melhores

A fusão das operações financeiras do Itaú com o Unibanco, em novembro de 2008, criou o Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. Em função dessa união de forças, houve mudanças na estrutura das Diretorias e Conselhos de suas entidades de previdência complementar que somam, agora, sete fundos de pensão: Fundação Banorte, UBB Prev, Fundação Itaúbanco, Funbep, Prebeg, Bemgeprev e ItaúBank. Juntos, eles têm quase 65 mil participantes e patrimônio da ordem de R\$ 14 bilhões.



Evento dos assistidos: Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife e São Paulo.

Evento dos assistidos

Organizado pela Fundação Banorte e as outras seis entidades ligadas ao Itaú Unibanco, o tradicional Evento dos Assistidos percorreu cinco capitais (Goiânia, Curitiba, Belo Horizonte, Recife e São Paulo) em setembro e outubro. Com o tema "Noite de Bossa Nova: na tranquilidade do som, na harmonia da vida segura", a festa reuniu mais de 3.600 aposentados e pensionistas.

Reforço na comunicação

Em 2009, foi lançado o informativo bimestral "Fundação Banorte com você", um canal contínuo de comunicação com os leitores. Seu objetivo é contribuir para a educação previdenciária, divulgando notícias e informações sobre o sistema no Brasil e no mundo, além de entrevistas com especialistas, participantes e profissionais da entidade. A Banorte conta também com um site na internet que oferece consulta simples e rápida a informações relativas às suas atividades.





Encontros com associações

Dois encontros reuniram, em São Paulo (SP), os representantes das associações de aposentados das entidades do Itaú Unibanco – AFAB, AFABEG, AFACI, AJUBEMGE, ANAB e APATREVO. Após almoço com diretores e conselheiros, os convidados assistiram a palestras sobre temas de impacto no setor previdenciário. Em maio, Demóstenes Madureira de Pinho Neto, diretor executivo da Asset Management do Itaú Unibanco, apresentou o cenário econômico e seu impacto sobre os fundos de pensão. Em novembro, o economista Eduardo Giannetti da Fonseca falou sobre o equilíbrio entre viver o presente e preparar o futuro.

Atualização cadastral

Como nos anos anteriores, a Fundação Banorte promoveu o recadastramento de seus assistidos (aposentados e pensionistas) para confirmação ou correção dos dados que constam em seu sistema. Esse procedimento é exigido pela legislação que rege o sistema e tem como finalidade proteger o patrimônio da entidade, evitando pagamentos indevidos.

Encontro com associações



Quem somos

Participantes Assistidos

Inclui pensionistas • base: setembro 2009

Total de Participantes

561

O Plano II possui também 7 participantes ativos

Faixas Etárias

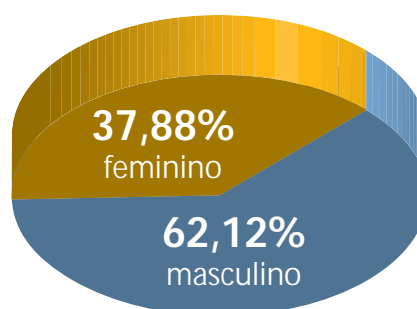
até 50 anos		9,52%
de 51 a 60 anos		16,05%
de 61 a 70 anos		40,56%
de 71 a 80 anos		25,22%
de 81 a 90 anos		7,94%
acima de 90 anos		0,71%

Plano II - Idade média: 66 anos

Presença nos Estados

Pernambuco	60,66%
Rio de Janeiro	9,27%
São Paulo	13,81%
Outros	16,26%

Sexo



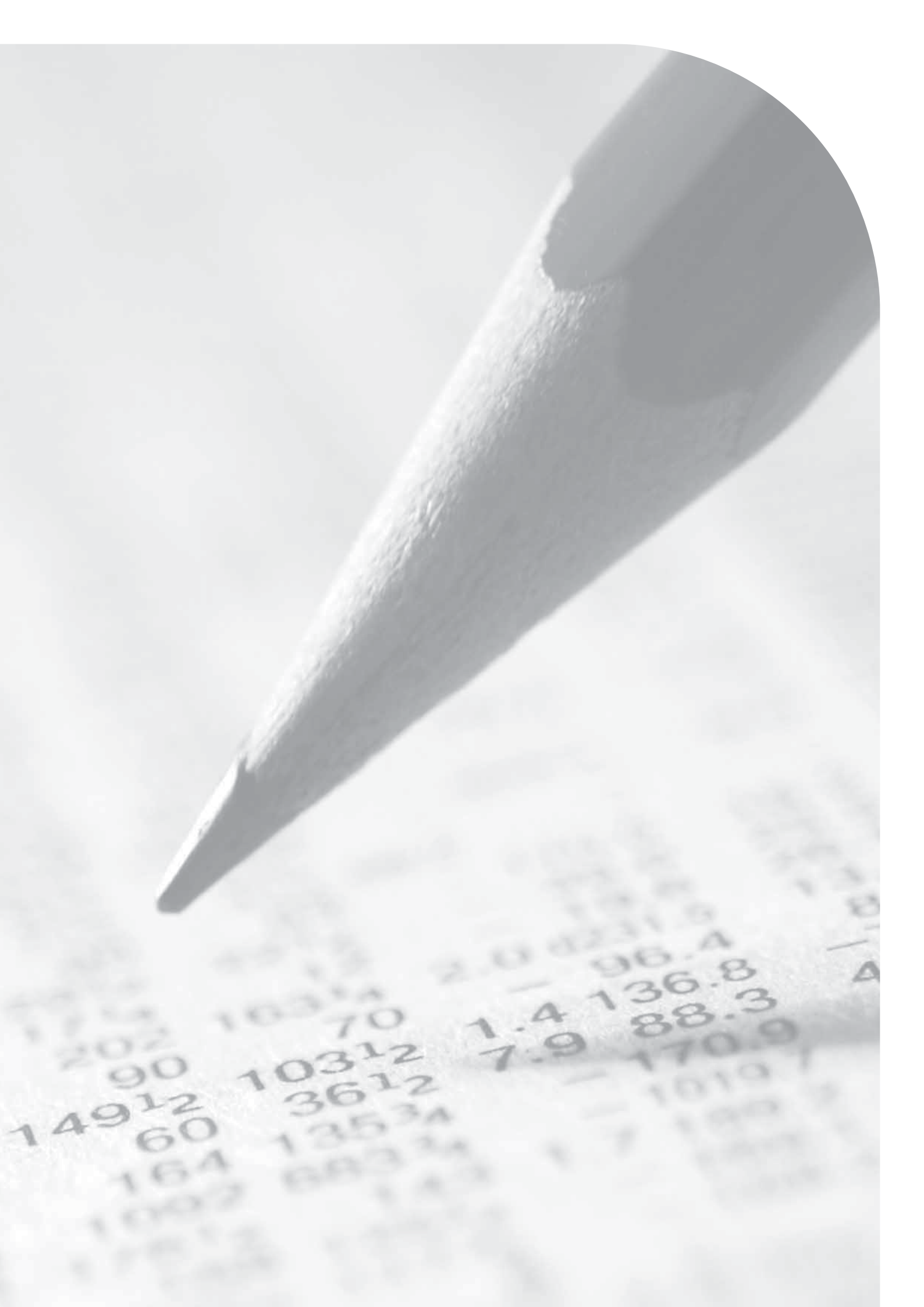
Tipo de benefício

Plano II

Tempo de contribuição	58,17%
Invalidez	10,23%
Idade	0,54%
Auxílio doença	0,18%
Pensão	30,88%

Órgãos de Administração

	Titulares	Suplentes
Conselho Deliberativo		
Presidente	Ricardo Villela Marino	Silvio Aparecido de Carvalho
Conselheiros indicados	Maurício Ferreira de Souza Osvaldo do Nascimento DemóstheneS Madureira de Pinho Neto	Antonio Carlos Barbosa de Oliveira João Jacó Hazarabedian Alexandre de Barros
Conselheiros eleitos	Isaltino Bezerra e Silva Hercílio Ricardo Ferreira Filho	Manfredo de Andrade Sarda Antônio Câmara Ferreira
Conselho Fiscal		
Presidente	Marco Antonio Antunes	Plínio Cardoso da Costa Patrão
Conselheiros indicados	Luiz Antonio Fernandes Caldas Morone	Carlos Roberto Zanelato
Conselheiros eleitos	Djalma Desenzi	Roberto Pinto de Medeiros
Diretoria		
Diretor Superintendente	Sergio Guillinet Fajerman	
Diretores Executivos	Gabriel Amado de Moura Arnaldo Cesar Serighelli Reginaldo José Camilo Walter da Silva	





Av. Conselheiro Aguiar, 3.670 – 1º andar
CEP 51020-021
Recife – PE

www.mjds.com.br/banorte



Relatório Anual 2009

- 2** Demonstrações Contábeis
- 16** Parecer Atuarial
- 22** Parecer dos Auditores Independentes
- 23** Parecer do Conselho Fiscal
- 24** Manifestação do Conselho Deliberativo
- 25** Demonstração Patrimonial e de Resultados
- 27** Informe Resumo dos Investimentos
- 30** Resumo da Política de Investimentos



Ativo	31/12/2009	31/12/2008	Passivo	31/12/2009	31/12/2008
Disponível	234	18	Exigível Operacional (Nota 9)	560	403
			Programa Previdencial	272	151
			Programa Administrativo	288	252
Realizável	141.298	138.358	Exigível Contingencial (Nota 10)	213	893
Programa Previdencial (Nota 5)	78.481	76.695	Programa Previdencial	114	347
Programa Administrativo	19	-	Programa Administrativo	99	148
Programa de Investimentos (Nota 6)	62.798	61.663	Programa de Investimentos	-	398
Renda Fixa	52.850	50.340	Exigível Atuarial (Nota 11)	140.759	137.279
Renda Variável	3.739	4.086	Provisões Matemáticas	140.759	137.279
Investimentos Imobiliários	2.568	3.701	Benefícios Concedidos	138.236	134.992
Outros Realizáveis	3.641	3.536	Benefícios a Conceder	2.523	2.287
Permanente	2	4	Resultados Recebidos/Transferidos		
Imobilizado	2	4	para Outros Programas	2	(195)
			Equilíbrio Técnico	-	(199)
			Resultados Realizados	-	(199)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(199)
			Fundos	2	4
			Programa Administrativo	2	4
Total do Ativo	141.534	138.380	Total do Passivo	141.534	138.380

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

		31/12/2009	31/12/2008
Programa Previdencial			
(+)	Recursos Coletados	10.757	11.576
(-)	Recursos Utilizados	(12.334)	(11.711)
(- / +)	Constituições/Reversões de Contingências	21	(27)
(-)	Custeio Administrativo	(719)	(521)
(+)	Recursos Oriundos do Programa Administrativo	37	341
(+ / -)	Resultado dos Investimentos Previdenciais	5.917	6.001
(- / +)	Constituições/Reversões de Provisões Atuariais	(3.480)	(5.546)
(=)	Superávit Técnico do Exercício	199	113
Programa Administrativo			
(+)	Recursos Oriundos de Outros Programas	835	657
(+)	Receitas	2	371
(-)	Despesas	(830)	(598)
(- / +)	Constituições/Reversões de Contingências	28	(99)
(-)	Recursos Transferidos para os Programas Previdencial	(37)	(341)
(=)	Constituições/Reversões de Fundos	(2)	(10)
Programa de Investimentos			
(+ / -)	Renda Fixa	5.060	5.394
(+ / -)	Renda Variável	367	772
(+ / -)	Investimentos Imobiliários	130	247
(+ / -)	Relacionados com o Disponível	(26)	(5)
(+ / -)	Relacionados com Tributos	105	113
(+ / -)	Constituições/Reversões de Contingências	397	(384)
(-)	Custeio administrativo	(116)	(136)
(+ / -)	Resultados Recebidos/Transferidos para Outros Programas	(5.917)	(6.001)
(=)	Constituições/Reversões de Fundos	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	31/12/2009	31/12/2008
Programa Previdencial	(3.449)	(3.942)
Entradas	9.045	8.383
(+) Recursos Coletados	10.757	11.576
(-) Recursos a Receber	(1.785)	(3.595)
(+) Outros Realizáveis/Exigibilidades	73	98
(+) Constituições/Reversões de Contingências	-	304
(-) Saídas	(12.494)	(12.325)
(-) Recursos Utilizados	(12.334)	(11.711)
(+) Utilizações a Pagar	203	(311)
(-) Outros Realizáveis/Exigibilidades	(151)	(126)
(-) Constituições/Reversões de Contingências	(212)	(177)
Programa Administrativo	(830)	(250)
Entradas	2	396
(+) Receitas	2	371
(+) Outros Realizáveis/Exigibilidades	-	25
Saídas	(832)	(646)
(-) Despesas	(830)	(598)
(+) Despesas a Pagar	36	(56)
(-) Despesas Futuras	(12)	-
(-) Permanente	1	11
(-) Outros Realizáveis/Exigibilidades	(8)	(3)
(-) Constituições/Reversões de Contingências	(19)	-
Programa de Investimentos	4.495	(3.000)
(+ / -) Renda Fixa	2.545	(4.239)
(+ / -) Renda Variável	713	478
(+ / -) Investimentos Imobiliários	1.263	767
(+ / -) Relacionados com o Disponível	(28)	(5)
(+ / -) Relacionados com Tributos	103	113
(+ / -) Outros Investimentos	(101)	(114)
(=) Fluxo Financeiro Líquido	216	(7.192)
(=) Variação das Disponibilidades	216	(7.192)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTA 1 - CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A BANORTE – Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, regulamentada e constituída em conformidade com a Lei Complementar nº 109/01 autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 2.109 de 29 de abril de 1980, do Ministério da Previdência Social - MPS, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Obedecendo às normas expedidas pela Secretaria da Previdência Complementar (SPC) e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

A Entidade tem como objetivo principal administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária voltados aos empregados das patrocinadoras, pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco, sendo a principal o Unibanco.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

A Entidade possui dois planos de benefícios definidos, BD I e BD II, conforme descrito em seus regulamentos, cuja redação do BD I foi aprovada através da Portaria DETEC/SPC nº 703 de 22/09/2006, e do BD II foi aprovado pela Portaria DETEC/SPC nº 702 de 22/09/2006.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro de 2009 e 30 de novembro de 2008 apresenta a seguinte evolução:

PLANO	Ativos				Assistidos (1)				Total			
	2009		2008		2009		2008		2009		2008	
	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes	Participantes	Dependentes
BD I (2)	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	3	-
BD II	7	19	7	19	561	406	563	412	568	425	570	431
Total	7	19	7	19	561	406	566	412	568	425	573	431

(1) Incluem pensionistas.

(2) Em 2009 houve a migração dos pensionistas do plano I para o plano II, passando o plano I a ter apenas ex-participantes com saldo de reserva a receber, conforme nota explicativa nº 10.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em consonância com a Planificação Contábil Padrão, conforme Resolução nº 5 de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10 de 05/07/2002 do Ministério da Previdência Social, Conselho de Gestão da Previdência Complementar, consoante às normas e procedimentos contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão unifundo de forma segregada entre os planos de benefícios definido I (BD I) e benefícios definido II (BD II), na modalidade de operações comuns e através de 3 (três) Programas, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, quais sejam:

Programa Previdencial – é o programa que registra a atividade de existência obrigatória em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, destinado ao registro contábil dos fatos relativos aos planos de benefícios de caráter previdenciário. Refere-se principalmente a valores a receber das patrocinadoras e participantes, relativos às contribuições mensais e pagamento de benefícios;

Programa Administrativo – é o programa destinado ao gerenciamento da administração dos planos de benefícios;

exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

Programa de Investimentos – é o programa destinado ao gerenciamento das aplicações de recursos da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas são aquelas determinadas pela Resolução MPS nº 5 de 30/01/2002, alterada pela Resolução MPS nº 10 de 05/07/2002, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, e podem ser resumidas como segue:

3.1. Balanço Patrimonial

a) Ativo Realizável – Programa Previdencial

Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio e inclui ainda as contribuições contratadas com a patrocinadora.

b) Ativo Realizável – Programa de Investimentos

A Secretaria de Previdência Complementar, através da Resolução CGPC nº 4 de 30/01/2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22 de 25/09/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, estabeleceu os critérios para o registro e a avaliação contábil de títulos e valores mobiliários vigentes a partir de janeiro de 2002. Este normativo introduziu o conceito de avaliação do ativo ao valor de mercado.

A classificação e a avaliação dos títulos e valores mobiliários estão assim definidas:

Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título, sendo avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O valor dos títulos e valores mobiliários é calculado pelo valor de mercado, quando aplicável, através dos preços disponíveis nas Bolsas ou dos modelos de precificação interna que é estabelecido, também, com base nas taxas médias divulgadas pelas Bolsas de Valores, associações de classe e agências externas para o último dia do exercício, sendo efetuado pelos administradores da carteira de recursos.

Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

c) Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados a valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2007, suportadas por laudos técnicos, como determina a Resolução 3.792 de 24/09/2009 e a Resolução CGPC nº 5 de 30/01/2002 e alterações posteriores. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

d) Ativo Permanente

Os bens do imobilizado são registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº. 8 e debitada à despesa do Programa Administrativo.

e) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros e obrigações tributárias.

f) Exigível Contingencial

Representa incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão impactar na situação econômico-financeira da Entidade. Todas as contingências que não estão sendo retificadas pelos depósitos judiciais, são atualizadas monetariamente com base no fato gerador que as constituiu.

g) Exigível Atuarial

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas em bases atuariais sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, contratados pela Entidade e são constituídas em função dos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

h) Superávit/Déficit técnico acumulado

Superávit – Caso haja resultado superavitário nos planos de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos.

Após a constituição da reserva de contingência, no montante integral de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das reservas matemáticas, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios, de acordo com os artigos 7º e 8º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008.

Déficit – O resultado deficitário do plano deve observar o Art. 28 da Resolução supramencionada.

i) Reservas e Fundos

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

O Fundo Administrativo é constituído com base no excedente superavitário verificado na apuração do Resultado do Programa Administrativo Previdencial, com finalidade de suprimento de eventuais necessidades de cobertura das despesas administrativas incorridas. A Entidade deve obrigatoriamente possuir recursos nesta conta, no mínimo, equivalentes ao saldo registrado no Ativo Permanente.

3.2. Demonstração de Resultados

As receitas e despesas estão registradas pelo regime de competência, exceto as receitas de dividendos, decorrentes de investimentos em ações, reconhecidas quando considerados "ex-direito" nas bolsas de valores.

3.3. Demonstração do Fluxo Financeiro

Os saldos do fluxo financeiro são derivados das variações ocorridas nos respectivos programas – previdencial, administrativo e de investimentos – e apurados com base nos saldos demonstrados em conformidade com o estabelecido pela Resolução MPS nº 5 de 30/01/2002, alterada pela Resolução MPS nº 10 de 05/07/2002. No programa de investimentos, as entradas e saídas são apresentadas líquidas, ao passo que nos demais programas são apresentadas em separado.

3.4. Regime de Tributação**a) PIS e COFINS**

Contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009 a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos conforme mandato de segurança impetrado contra a Receita Federal face ao processo nº 2009-83.00.010036-8, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.

exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

NOTA 4 - CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO E TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS**4.1. Custeio Administrativo**

Representa as contribuições realizadas pelas patrocinadoras e participantes para a cobertura das despesas administrativas da Entidade. O percentual de contribuição é estabelecido pelos consultores atuariais externos.

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são pagas mensalmente pelas patrocinadoras, conforme estabelecido anualmente na Nota Técnica do Atuário Independente.

4.2. Transferências Interprogramas

As transferências interprogramas decorrem da quase totalidade do saldo líquido positivo das aplicações do programa de investimentos, remanescente à remuneração dos fundos, para o programa previdencial. A remuneração do fundo administrativo tem como base a proporcionalidade dos recursos investidos em cada programa.

a) Programa de Investimentos

As receitas dos investimentos (atualização monetária, juros, prêmios, dividendos, lucros na venda etc.), deduzidas das despesas (imposto de renda, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, prejuízos na venda, etc.), são transferidas para os programas previdencial e administrativo.

b) Programa Previdencial

Os valores registrados como despesas administrativas previdenciais no programa administrativo, são cobertos por contribuições específicas transferidas mensalmente do programa previdencial.

As despesas administrativas são integralmente registradas no programa administrativo, suportadas por custeio estabelecido pelos atuários nos planos de custeio anual, constantes no Parecer Atuarial.

c) Programa Administrativo

Esse programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo disponível e ao custeio das taxas de Administração dos Investimentos, além dos valores transferido do programa previdencial para cobertura das despesas administrativas previdenciais.

NOTA 5 - ATIVO REALIZÁVEL - PROGRAMA PREVIDENCIAL

Descrição	2009	2008
Recursos a receber		
Contribuições normais (1)	68	-
Contribuições contratadas - Plano II(2)	78.413	76.695
Total	78.481	76.695

(1) Contribuições administrativas a serem reembolsadas no mês subsequente;

(2) Foi firmado, em 14 de novembro de 2006, contrato junto ao Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A, sucessor do Banco Bandeirantes S/A, e suas coligadas, Unicard (Banco Múltiplo S/A) e Unibanco Seguros S/A, os quais assumiram o patrocínio da Entidade através de Instrumento Particular de Consolidação e Parcelamento de Dívida e Outras Avenças no valor de R\$ 76.165, sendo financiado em 18 (dezoito) anos e com prestações anuais, com a finalidade de restabelecer a situação econômico-financeira, preservar os direitos já adquiridos e atribuir aos participantes os benefícios com eles contratados, mediante gestão sob responsabilidade e a cargo do patrocinador. O contrato é atualizado pela tabela price, corrigido mensalmente pela variação do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), acrescido ao equivalente mensal a taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

Evolução dos Recursos a receber em 2009

Descrição	2009	2008
Saldo no início do período	76.695	73.100
Atualização	7.988	9.967
Recebimento da Parcela Anual	(8.226)	(7.754)
Déficit assumido do exercício	1.956	1.382
Saldo no final do período	78.481	76.695

NOTA 6 - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

A Administração através de sua Política de Investimentos determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes.

a) Composição dos Investimentos por segmento

Descrição	BD I	BD II	31/12/2009	31/12/2008
			Total	Total
Títulos de Renda Fixa	193	52.657	52.850	50.340
Títulos de Renda Variável	-	3.739	3.739	4.086
Investimentos Imobiliários	-	2.568	2.568	3.701
Outros Realizáveis (1)	-	3.641	3.641	3.536
Total	193	62.605	62.798	61.663

(1) Impostos a recuperar – referem-se a impostos relativos ao período 1988/1989, no montante de R\$ 3.641, atualizados monetariamente, a ser recuperado junto à Receita Federal, em função de sentença de imunidade tributária, concedida à Entidade por decisão judicial. Aguardando emissão de carta precatória.

exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

b) Renda Fixa e Variável

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários já ajustados aos respectivos valores de mercado.

	Custo (1)	Valor de Mercado (2)				
		Vencimento			Total	
		Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2009	31/12/2008
Títulos de Renda Fixa	52.850	-	10.307	42.543	52.850	50.340
Notas do Tesouro Nacional	42.543	-	-	42.543	42.543	38.855
Fundo de Investimento - Exclusivos	10.307	-	10.307	-	10.307	11.485
Operações Compromissadas	-	-	-	-	-	5.933
Letras do Tesouro Nacional	9.630	-	9.630	-	9.630	3.297
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	2.255
Letras Financeiras do Tesouro	677	-	677	-	677	-
Títulos de Renda Variável	3.739	3.739	-	-	3.739	4.086
Fundos de Investimento em Ações	3.739	3.739	-	-	3.739	4.086
Total	56.589	3.739	10.307	42.543	56.589	54.426

(1) Custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

(2) Valor de mercado para título de renda fixa considera os seguintes parâmetros: (i) Preço médio de negociação no dia da apuração, (ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação e (iii) preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

Apresentamos abaixo os Títulos e Valores Mobiliários classificados por categoria:

	31/12/2009	31/12/2008
Títulos para Negociação	14.046	15.571
Títulos Mantidos até o Vencimento	42.543	38.855
Total	56.589	54.426

(1) Corresponde a NTNBS no montante de R\$ 42.543 (R\$ 38.838 em 2008) com vencimento até 2045. A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria.

(2) No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

Os títulos e valores mobiliários (Renda Fixa e Variável) são custodiados no SELIC, na CETIP, na CBLC, no Banco Itaú S.A. e em outras instituições financeiras.

NOTA 7 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Descrição	2009	2008
Edificações		
Edificações locadas a Terceiros (1)	1.585	2.725
(-) Depreciação de Edificações	(49)	(44)
(-) Depreciação de Instalações	(3)	(2)
Aluguéis a Receber	12	32
Fundos de Investimentos Imobiliários (2)	1.023	990
Total	2.568	3.701

(1) Em Fevereiro de 2009 – Venda de Imóvel, situado na Av. Presidente Getúlio Vargas, 576 - Cabo /PE, cujo resultado foi de R\$ 1.080 mil.

(2) As quotas de fundos de investimentos imobiliários – Fundo Panamby, estão registradas com base no valor da quota, divulgado pelo administrador.

NOTA 8 - ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente é composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, consoante a Resolução CGPC nº. 5 de 30/01/2002, pelo método linear às taxas de:

Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos	- 10% a.a.
Veículos, Hardware e Software	- 20% a.a.

Situação contábil do Ativo Permanente:

Descrição	2009	2008
Imobilizado		
Custo Corrigido (1)	10	14
(-) Depreciação	(8)	(10)
Total	2	2

(1) Baixa de imobilizado referente a softwares obsoletos.

NOTA 9 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	2009	2008
Programa Previdencial		
Reserva de Poupança – Desligados (1)	202	1
Retenções sobre folha de benefícios	70	150
Programa Administrativo	288	252
Obrigações com serviços de terceiros	280	249
Retenções a recolher	8	3
Total	560	403

(1) Reclassificação da reserva de poupança de ex-participantes que estava contabilizada no grupo Exigível Contingencial.

exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

NOTA 10 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	2009	2008	
Programa Previdencial	114	347	
Reserva de Poupança – Desligados (1)	114	307	
Reajustes de benefícios (2)	-	40	
Programa Administrativo	99	148	
Provisão Pis/Cofins	24	-	
(-) Depósito judicial Pis/Cofins	(21)	-	
Prov. risco de riscos processuais	33	32	(1) Reclassificação da reserva de poupança de ex-participantes para o grupo de exigível operacional.
Prov. risco de riscos Trabalhistas	320	396	(2) Reversão de reajustes de benefícios em função da migração dos pensionistas do plano I para plano II.
(-) Depósito judiciais Trabalhistas	(257)	(280)	(3) Reversão do processo nº. 19647.005130/2007-46, referente a provisão para risco de CPMF, face a decadência da obrigação.
Programa de Investimentos	-	398	
Reversão de provisão de risco (3)	-	398	
Total	213	893	

NOTA 11 - EXIGÍVEL ATUARIAL

Os valores apresentados pelo atuário na mensuração de reservas e fundos foram obtidos considerando-se os dados individuais dos participantes e beneficiários do plano.

As provisões matemáticas representam compromissos acumulados relativamente aos benefícios, concedidos e a conceder, aos participantes inscritos na Entidade ou aos seus beneficiários, sob a forma de planos de renda e pecúlio, determinados em bases atuariais pelo regime financeiro de capitalização.

Provisões de benefícios concedidos - correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

Provisões de benefícios a conceder - correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras, conforme descrito a seguir:

- Benefícios do plano com a geração atual - registra de acordo com o tipo do plano – benefício definido – o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada;

- Outras contribuições da geração atual - registra o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais em 2009 foram:

Hipótese	Plano BD I	Plano BD II
Tábua de Mortalidade Geral	AT83, específica por sexo	AT83, específica por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	N/A	IAPB
Tábua de Entrada e Invalidez	N/A	TASA1927
Hipótese Familiar	N/A	Ativos: 90% casados e esposa 3 anos mais jovem Assistidos: família informada
Rotatividade	N/A	0%
Taxa de Juros	6% a.a.	6% a.a.
Aposentadoria	N/A	1º Elegibilidade
Crescimento Salarial	N/A	Empregados: 0% Autopatrocinados: 0%
Capacidade Salarial	N/A	N/A
Capacidade de Benefícios	N/A	N/A
Índice do Plano	INPC-IBGE	INPC-IBGE

Evolução das Provisões Matemáticas

Descrição	Saldos em 31/12/2008	Constituição Líquida	Saldos em 31/12/2009
Benefícios Concedidos	134.992	3.244	138.236
Benefícios BD I	138	(138)	-
Benefícios BD II	134.854	3.382	138.236
Benefícios a Conceder	2.287	236	2.523
Benefícios	2.398	218	2.616
BD I	-	-	-
BD II	2.398	218	2.616
(-) Outras Contribuições	(111)	18	(93)
BD I	-	-	-
BD II	(111)	18	(93)
Total	137.279	3.480	140.759

(1) No decorrer do exercício de 2009 as 3 (três) pensionistas do Plano I migraram para o Plano II, ficando assim o Plano I sem obrigações atuariais, apresentando atualmente apenas compromissos com ex-participantes registrados nos grupos de Exigível Operacional e Exigível Contingencial, conforme mencionado na nota explicativa nº. 9 e 10.

exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008

NOTA 12 - RESERVAS E FUNDOS

Descrição	2009	2008
Reservas e Fundos		
Equilíbrio Técnico	-	199
Déficit Técnico Acumulado (1)	-	199
Fundos	2	4
Fundo Administrativo (2)	2	4
Total	-	195

(1) Plano I – O resultado deficitário apresentado em 2008 (R\$ 199) foi equacionado através da migração dos pensionistas ao plano II e adequação dos ativos para suportar suas obrigações; Plano II – apresentou valor de R\$ 1.956, referente à insuficiência para cobertura das provisões matemáticas, o qual foi repactuado conforme estabelecido no contrato de dívida, mencionado na nota explicativa nº 5.

(2) O Fundo Administrativo é constituído para cobertura do Ativo Permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº. 3.1 i).

NOTA 13 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Rateio Patrimonial e Reflexo em Exercícios Anteriores

Em decorrência do ajuste do rateio patrimonial realizado em 2007, devido o retorno de uma pensionista alocada indevidamente no Plano de Benefícios II, a qual não havia assinado o Termo de Transação Extrajudicial, o patrimônio do Plano I passou não ser suficiente para cobrir as exigibilidades, bem como, as provisões matemáticas do Plano. A diferença entre os resultados demonstrados nos DRAAs e o resultado corrigido foi alocado no Plano II.

Tendo em vista que o contrato de dívida do Plano II prevê a repactuação do resultado auferido nas Avaliações Atuariais anuais no saldo remanescente, demonstramos nos quadros abaixo o resultado do Plano II antes e após a repactuação.

Resultados ajustados em 31/12/2007

Valores em R\$	Plano I	Plano II - Repactuação	
		Antes	Depois
Ativo Total	537	130.469	132.263
Ex. Operacional	(224)	(572)	(572)
Ex. Contingencial	(195)	(62)	(62)
Fundos	-	(15)	(15)
Ativo Líq. Previdencial	118	129.820	131.614
Provisões Matemáticas	(120)	(131.614)	(131.614)
Resultado	(2)	(1.794)	-

Resultados ajustados em 31/12/2008

Valores em R\$	Plano I	Plano II - Repactuação	
		Antes	Depois
Ativo Total	379	136.327	138.197
Ex. Operacional	-	(402)	(402)
Ex. Contingencial	(243)	(650)	(650)
Fundos	-	(4)	(4)
Ativo Líq. Previdencial	136	135.271	137.140
Provisões Matemáticas	(138)	(137.140)	(137.140)
Resultado	(2)	(1.869)	-

Considerando que a efetiva correção do rateio patrimonial ocorreu em junho de 2009, o ajuste do déficit do Plano II foi repactuado no encerramento do exercício de 2009. Enquanto que para o Plano I, a Entidade efetuou apenas a regularização do rateio patrimonial, uma vez que até junho de 2009 não havia sido implantado plano para equacionamento do déficit do Plano I.

Ressaltamos que apesar da correção do rateio patrimonial não ter sido realizada de forma retroativa, os participantes pensionistas remanescentes no Plano I não foram onerados. Apesar do Regulamento do Plano I prever o equacionamento de forma proporcional as contribuições efetuadas ao Plano, conforme previsto, a patrocinadora sempre buscou uma alternativa para sanar a insuficiência do referido Plano de forma a não trazer impactos aos seus participantes. Durante o exercício de 2009, com a concordância dos participantes, a patrocinadora realizou a transferência da massa remanescente do Plano I para o Plano II. Desta forma o Plano I não possui mais obrigações atuariais e o resultado deficitário foi absorvido no Plano II, juntamente com as provisões matemáticas e respectivo patrimônio. Por decorrência, os participantes não necessitarão assumir parcela do equacionamento do déficit, salvo o disposto no Art 81 do Regulamento do Plano II.

13.2. Processos Judiciais Tributários

Objeto: Ação de Repetição de Indébito que discute a incidência de Imposto de Renda e IOF sobre aplicações financeiras no período de 1990/1994.

Andamento Atual: Em 16/03/2009 foi publicada decisão negando seguimento aos recursos. Interpostos Agravos de Instrumento contra as decisões denegatórias. Aguarda-se decisão do STF e STJ.

Probabilidade de Perda: Possível. Não há constituição de provisão contábil, valor mensurável de R\$ 7.417.

13.3. Legislação

a) Em 26 de janeiro de 2009 foi publicada a Resolução CGPC nº 28, e em 24 de setembro de 2009 foi publicada a Instrução SPC nº 34, que dispõe sobre os procedimentos contábeis a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar a partir de 1º de janeiro de 2010, quando ficam revogadas as Resoluções CGPC/MPAS nº.5 e 10/2002 mencionadas anteriormente, que norteiam os critérios contábeis utilizados na elaboração das demonstrações financeiras. Atualmente, a entidade encontra-se em processo de avaliação dos impactos da aplicação desta Resolução.

b) Em 23 de dezembro de 2009, foi criada a Superintendência Nacional da Previdência Complementar (PREVIC) através da Lei 12.154, a qual as entidades deverão efetuar contribuições classificadas como TAFIC - Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar, de acordo com o art.58 da referida lei. Esta taxa foi instituída na data de sua aprovação e só será cobrada a partir do segundo quadrimestre do exercício de 2010.

Sergio Guillinet Fajerman - Diretor Superintendente - CPF: 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo - Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9 - CPF: 859.338.648-20

Informamos que o Plano de Benefícios I (Plano I) não possui mais obrigações atuariais, uma vez que durante o exercício de 2009 ocorreu a extinção da população do Plano I com a transferência para o Plano de Benefícios II (Plano II).

O Plano I possuía apenas participantes que não haviam assinado o Termo de Transação Extrajudicial, instrumento pelo qual o participante autorizava sua transferência para o Plano II. Desta forma, conforme disposto no Parágrafo Único do Art. 81 do Regulamento do Plano, esses participantes remanescentes, juntamente com a patrocinadora, seriam responsáveis pelo equacionamento do déficit deste Plano.

Entretanto, com objetivo de não onerar tais participantes, o Conselho Deliberativo da Banorte Fundação propôs analisar as alternativas legais disponíveis para sanar a insuficiência do Plano e, caso não fosse encontrada uma solução, seria aplicado o Plano de Equacionamento Proposto, o qual seguiria as regras regulamentares.

Esgotada a busca por alguma alternativa, a patrocinadora ofereceu novamente aos participantes a transferência para o Plano II, antes de iniciar a aplicação da contribuição adicional determinada no Plano de Equacionamento Proposto.

Neste momento, os participantes optaram pela transferência ao Plano II com a assinatura do Termo de Transação Extrajudicial. Na transferência para o Plano II, foram assegurados os mesmos direitos que possuíam no Plano I, bem como o que foi oferecido na época da transferência em 2006, ou seja, o pagamento do bônus e a correção dos benefícios desde setembro/2006.

Ressaltamos que o Plano I ainda possui alguns valores provisionados nos Exigíveis Operacional e Contingencial que totalizam R\$ 193.331,28, em 31/12/2009, porém, o Plano possui recursos suficientes para quitar as referidas provisões.

Diante de tais fatos, concluímos que no encerramento do exercício de 2009 o Plano I não apresentou mais nenhuma obrigação atuarial, restando apenas os compromissos provisionados nos Exigíveis Contingencial e Operacional.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras registradas neste relatório.

São Paulo, março de 2010.

Watson Wyatt Brasil Ltda., uma empresa Towers Watson

Luiz Alberto Garcia Alvernaz • MIBA nº 551

Roberto Takeshi Kubota • MIBA nº 1.464

Avaliamos atuarialmente o Plano de Benefícios II da Banorte Fundação, patrocinado pelo Unibanco, com o objetivo de identificar sua situação financeiro-atuarial e propor um plano de custeio para o ano-calendário 2010.

Na preparação desta avaliação utilizamos informações e dados que nos foram fornecidos pela Banorte Fundação e outras pessoas ou organizações por ela designadas. A avaliação resumida neste relatório envolve cálculos atuariais para os quais são necessárias hipóteses sobre eventos futuros.

Entendemos que as hipóteses utilizadas nesta avaliação estão dentro do intervalo razoável para a sua finalidade. Contudo, outras hipóteses também são razoáveis e apropriadas e produziriam resultados diferentes.

Em nossa opinião, todos os métodos, hipóteses e cálculos estão de acordo com as exigências legais, enquanto os procedimentos seguidos e a apresentação dos resultados estão em conformidade com as práticas e princípios atuariais geralmente aceitos. O Unibanco, em conjunto com a Towers Watson, foi responsável pela seleção do método atuarial.

Cadastro

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde a 31/10/2009. Registramos que não foi realizada auditoria nos dados de participantes, mas o cadastro foi consistido e sua razoabilidade foi considerada adequada para os cálculos atuariais.

Registramos que não foi aplicada recomposição salarial e de benefício, uma vez que os salários e os benefícios informados na base de dados já contemplam os reajustes concedidos no exercício de 2009.

Características do Plano

O Plano de Benefícios II da Banorte Fundação está estruturado na modalidade Benefício Definido, de acordo com a Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

Hipóteses Atuariais

As premissas utilizadas nas avaliações atuariais de 2009 e 2008 foram:

Hipótese	2009	2008
Tábua de Mortalidade Geral	AT83, específica por sexo	AT83, específica por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB57	IAPB57
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA1927
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 3 anos mais jovem Assistidos: família informada	Ativos: 90% casados e esposa 3 anos mais jovem Assistidos: família informada
Rotatividade	Nula	Nula
Taxa de Juros	6% a.a.	6% a.a.
Aposentadoria	1ª elegibilidade	1ª elegibilidade
Crescimento Salarial	0% para empregados 0% para autopatrocinados	0% para empregados 0% para autopatrocinados
Capacidade Salarial	100%	100%
Capacidade de Benefícios	100%	100%
Índice do Plano	INPC-IBGE	INPC-IBGE

As hipóteses para esta Avaliação são as mesmas que foram adotadas na Avaliação Atuarial de 2008, as quais foram aprovadas pelas patrocinadoras em 25/2/2010.

Ressaltamos que para essa Avaliação Atuarial, as hipóteses adotadas estão em conformidade com a Resolução CGPC nº18, de 28/3/2006.

Resultados

As Provisões Matemáticas correspondentes em 31/12/2009 estão detalhadas no quadro a seguir:

	Valores em R\$ 1,00
2.3.1.0.00.00 Provisões Matemáticas	140.758.683,00
2.3.1.1.00.00 Benefícios Concedidos	138.235.991,00
2.3.1.1.01.00 Benefícios do Plano	138.235.991,00
Aposentadorias	110.701.428,00
Aposentadoria por Invalidez	7.496.730,00
Pensão	16.068.892,00
Pecúlio	3.968.941,00
2.3.1.2.00.00 Benefícios a Conceder	2.522.692,00
2.3.1.2.01.00 Benefícios Plano Geração Atual	2.615.958,00
2.3.1.2.01.01 Contribuição Definida	0,00
2.3.1.2.01.02 Benefício Definido	2.615.958,00
Aposentadorias	2.532.238,00
Aposentadoria por Invalidez	20.509,00
Pensão	25.267,00
Pecúlio	37.944,00
2.3.1.2.03.00 Outras Contribuições da Geração Atual	(93.266,00)
Aposentadorias	(90.578,00)
Aposentadoria por Invalidez	(622,00)
Pensão	(719,00)
Pecúlio	(1.347,00)
2.3.1.3.00.00 Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.3.01.00 Serviço Passado	0,00
2.3.1.3.02.00 Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.3.03.00 Por Ajustes Contrib. Extraordinárias	0,00
2.4.0.0.00.00 Reservas e Fundos	4.358,36
2.4.1.0.00.00 Equilíbrio Técnico	0,00
2.4.1.1.00.00 Resultados Realizados	0,00
2.4.1.1.01.00 Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.4.1.1.01.01 Reserva de Contingência:	0,00
2.4.1.1.01.02 Reserva para Revisão do Plano:	0,00
2.4.1.1.02.00 Déficit Técnico Acumulado (-)	0,00
2.4.2.0.00.00 Fundos	4.358,36
2.4.2.1.00.00 Programa Previdencial	0,00
2.4.2.3.00.00 Programa Administrativo	4.358,36
2.4.2.4.00.00 Programa de Investimentos	0,00

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo atuarial de 7,05% sobre o total de Salários de Participação dos Participantes inscritos no Plano de Benefícios II, calculado atuarialmente e posicionado em 31/12/2009.

O custo administrativo aprovado pelo Conselho Deliberativo para o exercício de 2010 é de R\$ 1.244.163,00, o qual representa um valor mensal de R\$ 95.704,85, considerando o pagamento dobrado no mês de dezembro.

Plano de Custeio Proposto

O Plano de Custeio de Participantes Ativos do Plano de Benefícios II é definido em faixas salariais no seu regulamento, conforme tabela a seguir:

Faixas Salariais em UR	Taxa sobre a parcela salarial
Até 0,66864	3%
De 0,66865 a 1,33728	5%
De 1,33729 a 2,67456	10%
De 2,67457 a 5,34912	11%
De 5,34913 a 21,39648	13%

A aplicação das taxas regulamentares sobre o salário futuro dos Participantes Ativos leva a uma contribuição média de 7,80%, o que representa um 0,75% acima do custo atuarial do Plano. Diante deste fato, essa receita excedente será destinada para custear uma parcela das despesas administrativas.

Considerando que as contribuições dos participantes suportam integralmente o custo atuarial, a patrocinadora será responsável pelo custeio administrativo.

Isto posto, demonstramos a seguir o Custeio Anual Proposto para o exercício de 2010:

Custeio	Valores anuais estimados em R\$			
	Atuarial	Administrativo	Total	Proporção
Participante	22.612,66	2.405,61	25.018,27	1,97%
Patrocinadora	0	1.241.757,39	1.241.757,39	98,03%
Total	22.612,66	1.244.163,00	1.266.775,66	100,00%

O Plano de Custeio Proposto atende ao custo do Plano definido atuarialmente nesta Avaliação Atuarial.

Situação Financeiro-Atuarial

O cálculo do Ativo Líquido Previdencial do Plano de Benefícios II, no momento imediatamente anterior à repactuação do contrato de dívida, é demonstrado a seguir, com base no balanço contábil encerrado em 31/12/2009:

Valores em R\$	
Ativo Total	139.385.564,98
Exigível Operacional	(368.810,65)
Exigível Contingencial	(211.784,19)
Fundos	(2.322,79)
Ativo Líquido Previdencial	138.802.647,35
Provisões Matemática	(140.758.683,00)
Resultado - Insuficiência	(1.956.035,65)

O Ativo Líquido Previdencial do Plano de Benefícios II é inferior à soma das Provisões Matemáticas de R\$ 140.758.683,00, atuarialmente calculadas, resultando em um déficit financeiro-atuarial de R\$ 1.956.035,65.

Conforme contrato firmado pela Patrocinadora, a referida insuficiência foi incorporada ao saldo remanescente do contrato, registrado no ativo do Plano de Benefícios II, conforme demonstração a seguir:

	Valores em R\$
Ativo Total	141.341.600,63
Exigível Operacional	(368.810,65)
Exigível Contingencial	(211.784,19)
Fundos	(2.322,79)
Ativo Líquido Previdencial	140.758.683,00
Provisões Matemática	(140.758.683,00)
Resultado - Equilíbrio absoluto	0,00

Considerando o novo valor do Ativo Líquido Previdencial apurado após a repactuação do contrato de dívida, o Plano de Benefícios II registrou equilíbrio financeiro-atuarial absoluto.

O ativo informado não foi auditado ou objeto de análise pela Towers Watson a respeito da qualidade dos investimentos.

Conforme informado pelo administrador da carteira de investimentos da Banorte Fundação, existem títulos na carteira da Entidade classificados na categoria Títulos mantidos até o vencimento. Tais títulos, de acordo com a declaração daquele administrador, serão resgatados nas respectivas datas de vencimento sendo a última em 2045.

De acordo com Fluxo Atuarial elaborado pela Towers Watson e, de acordo com a manifestação do administrador dos investimentos, a Banorte Fundação tem capacidade financeira para manter os referidos títulos em sua carteira de investimentos até as respectivas datas de vencimento, bem como, suportar as obrigações definidas no regulamento, avaliadas atuarialmente e registradas nas respectivas Provisões Matemáticas do Plano apresentadas neste Parecer Atuarial.

Dividas Contratadas

Informamos que o balancete do Plano de Benefícios, em 31/12/2009, registra uma dívida com o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A no montante de R\$ 78.413.314,63, a qual se origina do déficit apurado em 31/5/2006 quando da implantação do Plano de Benefícios II com migração de participantes do Plano de Benefícios I, e vem sendo amortizada de acordo com os termos contratuais.

A patrocinadora do Plano de Benefícios II, responsável pela amortização do contrato, efetuou, em dezembro/2009, um pagamento na importância de R\$ 8.225.649,40, referente à 4ª (quarta) prestação do contrato, restando ainda 14 (quatorze) prestações anuais.

Provisões Matemáticas a Constituir

Não há registro de provisões matemáticas a constituir para o Plano de Benefícios II.

Fundos

Não há registro de fundos previdenciais para o Plano de Benefícios II.

O Fundo Administrativo registrado no Plano de Benefícios II, no valor de R\$ 4.358,36, visa assegurar o saldo mínimo equivalente ao valor do Ativo Permanente.

Alteração Regulamentar

Não houve nenhuma alteração regulamentar durante o exercício de 2009 para o Plano de Benefícios II.

Conclusão

O Plano de Benefícios II apresentou no encerramento do exercício de 2009 uma insuficiência de R\$ 1.956.035,65. O cumprimento do contrato de dívida existente, conforme o Parágrafo Sexto da Cláusula Primeira, prevê a revisão do saldo devedor apurado no encerramento do exercício com base no resultado do Plano.

A insuficiência patrimonial verificada nesta Avaliação Atuarial foi ocasionada, principalmente, em decorrência da migração de déficit do Plano I para o Plano II; da alteração de informações cadastrais, principalmente, devido à adequação de informações de pensionistas; e pela rentabilidade do plano não ter atingido a meta atuarial.

A referida insuficiência apurada no encerramento do exercício de 2009 foi incorporado ao saldo devedor do contrato de dívida, totalizando o montante de R\$ 78.413.314,63, em 31/12/2009.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios II da Banorte Fundação encontra-se em equilíbrio financeiro-atuarial absoluto, atendendo assim as exigências dispostas na Resolução CGPC nº 26, de 26/9/2008.

Ressaltamos ainda que os resultados desta avaliação atuarial são sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos. Assim, modificações futuras nas experiências observadas poderão implicar em variações relevantes nos resultados atuariais.

Os consultores da Towers Watson que assinam este relatório possuem as qualificações necessárias para emitir as opiniões atuariais aqui contidas e são independentes da entidade e das patrocinadoras registradas neste relatório.

São Paulo, março de 2010.

Watson Wyatt Brasil Ltda., uma empresa Towers Watson

Luiz Alberto Garcia Alvernaz • MIBA nº 551

Roberto Takeshi Kubota • MIBA nº 1.464

Aos Participantes e Patrocinadoras

Banorte - Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social

1 - Examinamos os balanços patrimoniais da Banorte - Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado e do fluxo financeiro dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.

2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e às informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 - Somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banorte - Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações e o fluxo financeiro dos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

São Paulo, 12 de março de 2010.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes • CRC nº 2 SP000160/O-5
Paulo Sergio Miron • Contador • CRC nº 1 SP173647/O-5

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do balanço patrimonial, das demonstrações do resultado, do fluxo financeiro e das notas explicativas às demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2009, baseados nos pareceres da Consultoria atuarial Watson Wyatt Brasil Ltda. e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Banorte em 31.12.2009, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 15 de março de 2010.

Presidente • Marco Antonio Antunes

Conselheiros • Djalma Desenzi

• Luiz Antonio Fernandes Caldas Morone

Os membros do Conselho Deliberativo da Banorte – Fundação Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social (“BANORTE”), reunidos em número total e no cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, baseados nas normas pertinentes e nos pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Watson Wyatt Brasil Ltda e da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, deliberaram unanimemente aprovar os referidos documentos, que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da BANORTE em 31.12.2009.

São Paulo (SP), 30 de março de 2010.

Conselheiros • Demóstenes Madureira de Pinho Neto

- Hercílio Ricardo Ferreira Filho
- Isaltino Bezerra e Silva
- Mauricio Ferreira de Souza
- Osvaldo do Nascimento
- Ricardo Villela Marino

exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 - em Reais mil

Demonstração Patrimonial - Plano I

Ativo	31/12/2009	31/12/2008	Passivo	31/12/2009	31/12/2008
Disponível	-	-	Contas a Pagar	191	1
Contas a Receber	-	-	Valores em Litígio	2	243
Aplicações	193	183	Compromissos com		
Renda Fixa	193	106	Participantes e Assistidos	-	138
Renda Variável	-	27	Fundos	-	-
Investimentos Imobiliários	-	25	Superávit (Déficit)		
Outros Realizáveis	-	25	Técnico Acumulado (1)	-	(199)
Total do Ativo	193	183	Total do Passivo	193	183

Demonstração de Resultados - Plano I

	01/01 a 31/12/2009	01/01 a 31/12/2008
(+) Contribuições	-	170
(-) Benefícios	(7)	(32)
(+ / -) Rendimentos das Aplicações	29	5
(=) Recursos Líquidos	22	143
(+ / -) Formação de Valores em Litígio	40	(11)
(+ / -) Formação (Utilização) dos Compromissos com Participantes e Assistidos	138	(19)
(=) Superávit (Déficit)	200	113

(1) O resultado deficitário apresentado em 2008 (R\$ 199) foi equacionado através da migração dos pensionistas ao Plano II e adequação dos ativos para suportar suas obrigações.

Demonstração Patrimonial - Plano II

Ativo	31/12/2009	31/12/2008	Passivo	31/12/2009	31/12/2008
Disponível	234	18	Contas a Pagar	369	403
Contas a Receber	78.500	76.695	Valores em Litígio	211	650
Aplicações	62.605	61.480	Compromissos com		
Renda Fixa	52.657	50.234	Participantes e Assistidos	140.759	137.140
Renda Variável	3.739	4.059	Fundos	2	4
Investimentos Imobiliários	2.568	3.676	Superávit (Déficit)		
Outros Realizáveis	3.641	3.511	Técnico Acumulado (1)	-	-
Bens de Uso Próprio	2	4			
Total do Ativo	141.341	138.197	Total do Passivo	141.341	138.197

exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 - em Reais

Demonstração de Resultados - Plano II

	01/01 a 31/12/2009	01/01 a 31/12/2008
(+) Contribuições	10.756	11.406
(-) Benefícios	(12.326)	(11.678)
(+ / -) Rendimentos das Aplicações	5.607	6.516
(=) Recursos Líquidos	4.037	6.244
(+) Receitas com Administrativo	2	370
(-) Despesas com Administração	(830)	(598)
(+ / -) Formação de Valores em Litígio	407	(501)
(+ / -) Formação (Utilização) dos Compromissos com Participantes e Assistidos	(3.618)	(5.526)
(+ / -) Formação (Utilização) de Fundos para Riscos Futuros	2	11
(=) Superávit (Déficit)	-	-

(1) O plano apresentou valor de R\$ 1.956, referente à insuficiência para cobertura das provisões matemáticas, o qual foi repactuado conforme estabelecido no contrato de dívida

Comentários sobre o **Custeio Administrativo** do Plano:

O custeio das despesas administrativas do programa previdencial são cobertas por taxa administrativa efetuada pelo Patrocinador.

Já as despesas administrativas de investimentos foram custeadas pelo programa de investimentos.

Ao lado, quadro comparativo entre as despesas administrativas ocorridas nos anos de 2009 e 2008:

A evolução das despesas administrativas de 2009 em relação às de 2008 foi decorrente basicamente de:

- Previdencial – aumento com pagamento de serviços de terceiros, sendo R\$ 53 mil referente a contratação da Previtec; folha de pessoal e eventos.
- Investimentos – redução com despesas de comissão sobre venda de imóveis.

Descrição	31/12/2009	31/12/2008	Variação
Programa Previdencial	717	462	54,98%
Programa de Investimentos	114	136	-16,17%
Total	830	598	38,81%

Comentários sobre a **Rentabilidade** dos Planos:

No final de 2009, praticamente todos os países deixaram para trás a recessão, o que reduziu a probabilidade de novas fases de contração da economia mundial. O Brasil saiu-se muito bem do teste imposto por esta grave crise. O emprego deu sinais convincentes de reação, até mesmo no setor industrial; a confiança dos consumidores e o crédito destinado às pessoas físicas já retornaram ao nível pré-crise; e as expectativas para o crescimento do PIB estão em alta.

Visando manter a aderência às características do seu passivo, a carteira de ativos financeiros da Fundação Banorte manteve elevada alocação em títulos públicos de longo prazo, indexados à inflação. Essa carteira apresentou rendimento de 10,80% em 2009, contra 10,35% da sua meta atuarial, o INPC+ 6%. Acrescentando-se as posições em ativos imobiliários o retorno total da fundação atingiu 9,87%, no mesmo período, ligeiramente abaixo da meta atuarial.

O ano de 2010 deverá ser marcado por relevantes eventos. No campo internacional, as atenções estarão voltadas para o desmonte dos programas de estímulo monetário e fiscal. No campo nacional, passaremos por eleições presidenciais, provável mudança na diretoria do Banco Central e confirmação de uma trajetória de recuperação robusta da economia brasileira, que deverá ser acompanhada por mudança na condução da política monetária.

Para o PIB brasileiro, esperamos estabilidade em 2009 (a divulgação pelo IBGE será em 11 de março) e expansão de 6% em 2010.

Ao lado apresentamos comparativo entre a rentabilidade e a meta atuarial obtida nos segmentos de aplicações nos anos de 2009 e 2008:

Segmentos	META ATUARIAL (*)		RENTABILIDADE	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Renda Fixa	10,36%	12,87%	10,80%	12,14%
Renda Variável	10,36%	12,87%	9,52%	20,73%
Inv Imobiliários	10,36%	12,87%	7,56%	4,98%
Recursos Totais	10,36%	12,87%	10,25%	11,95%
Retorno em Relação à Meta Atuarial			-0,10%	-0,82%

(*) Meta Atuarial (INPC + 6% a.a.)

Prezado Participante,

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2009 do Plano Banorte:

1. A carteira de investimentos da Banorte apresentava a seguinte composição por segmento de investimentos:

Segmento	Dezembro/2009	%	Dezembro/2008	%
Renda Fixa	52.850.464,02	84,20	50.339.490,32	81,50
Renda Variável	3.738.547,31	5,90	4.085.669,14	6,70
Investimentos Imobiliários	2.568.105,87	4,10	3.700.786,35	6,00
Outros Realizáveis	3.641.393,12	5,80	3.536.581,19	5,80
Total	62.798.510,32	100,00	61.662.527,00	100,00

2. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN 3792, de 24 de setembro de 2009, e a composição efetiva dos investimentos no Exercício de 2009:

Segmento	Resolução CMN 3792	Efetiva (%)
Renda Fixa	Até 100,00	84,20
Renda Variável	Até 70,00	5,90
Imóveis	Até 8,00	4,10
Outros Realizáveis	-	5,80

3. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2009 da Banorte e a taxa mínima atuarial do plano de benefício:

Segmento	Rentabilidade Acumulada %
Renda Fixa	10,80
Renda Variável	9,52
Imóveis	7,56
Recursos Totais	10,25
Taxa Mínima Atuarial (*)	10,36

(*) INPC + 6% a.a.

4. Em atendimento ao parágrafo V do art. 3º da Resolução CGPC nº 23/06, apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2009:

a) Despesas com gestão dos Investimentos:

	Em Reais
Taxa de Administração de Recursos	99.618,77
Taxa de Custódia	36,80
CETIP, SELIC, CBLC	6.762,26
Pis/Cofins	2.083,93
Consultorias	2.400,00
Reavaliação	2.700,00
Total	113.601,76

b) Despesas Administrativas Previdenciais:

	Em Reais
Pessoal e Encargos	49.484,72
Advogados	28.897,05
Informática	92.861,10
Consultoria Atuarial	165.987,33
Consultorias	19.189,83
Serviços Gráficos	42.217,14
Auditorias	38.473,52
Gestão de Passivo	53.400,00
Despesas Postais	10.518,95
Telefone	9.906,94
Eventos	47.585,00
Materiais de Escritório e Consumo	3.273,68
Pis/Cofins	10.459,55
Cursos e Treinamentos	3.729,70
Despesas Cartorarias	16.164,16
Seguro	3.908,64
Viagens e Estadia	55.358,97
Conduções e Transportes	4.359,65
Despesas Jurídicas	827,80
Despesas Gerais	58.714,26
Depreciações e Amortizações	1.268,58
Total	716.586,57

5. Responsável pela aplicação dos Recursos em 2009

- Nome: Gabriel Amado de Moura
- Telefone: (11) 5029.1031
- E-mail: gabriel.moura@itau-unibanco.com.br

6. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792/09 de 24.09.2009:

Não há desenquadramentos.

7. Justificativas aos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792/09 de 24.09.2009:

Não há justificativa devido não ter desenquadramentos.

A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2009 dos planos:

- Plano Benefício Definido - Banorte
- Plano de Benefícios II - Banorte

1. Taxa Mínima Atuarial

Plano de Benefícios	Indexador	Taxa de Juros
Benefício Definido	INPC	6%
Plano de Benefícios II	INPC	6%

2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

3. Alocação dos Recursos

Segmento	Investimentos	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	72%	100%	85%
Renda Fixa	Médio Risco de Crédito	0%	20%	0%
Renda Variável	Empresas com IGC/Bovespa	0%	20%	0%
Renda Variável	Empresas não Abrangidas pelo IGC/Bovespa	0%	20%	8%
Imóveis	Investimentos Visando Aluguéis e Renda	0%	8%	5,5%
Imóveis	Fundos de Investimento Imobiliário	0%	4%	1,5%

4. Derivativos

Limite Máximo para Proteção: 100%

Limite Máximo para Exposição: 100%

5. Limite Máximo de Diversificação

5.1 Em Pessoas Jurídicas ou Conglomerados: 20%

5.2 Em Patrocinadoras e Ligadas: 10%

5.3 Ativos de Renda Fixa

Descrição	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Pessoa Jurídica Não Financeira	10%	10%	10%
Instituição Financeira	20%	20%	20%
FIDC	20%	10%	10%

5.4 Companhias Abertas

Por Capital Votante: 20%

Dos Recursos Garantidores: 10%

Por Capital Total: 20%

5.5 Sociedades de Propósito Específico

Por Projeto: 25%

Por Projeto + Inversões das Patrocinadoras: 40%

5.6 Imóveis

Por Imóvel: 4%

PL do Fundo: 8%

6. Gestão dos Recursos

- Tipo/Forma: Externa
- Periodicidade da Avaliação: 12 Meses
- Quantidade de Gestores: 1
- Critérios de Avaliação: Em relação aos objetivos do segmento

7. Critério para Contratação

Qualitativos

Histórico da Empresa e dos Controladores
Capacitação Técnica
Práticas de Marcação a Mercado
Estrutura de Suporte e de Controle
Outros

Quantitativos

Rentabilidade Histórica Auferida
Riscos Incorridos
Custos
Total de Recursos Administrados
Outros

Estratégia de Formação de Preço: Externa

Faz acompanhamento das estratégias formuladas ou desempenhadas: Sim

8. Participação em Assembléias de Acionistas

Não participa

9. Cenário Macroeconômico, Observações e Justificativas

9.1 Cenário Macroeconômico

O cenário doméstico para 2009 aponta para um crescimento do PIB de 2,5%, dados os reflexos da recessão global no Brasil, com impactos relevantes na oferta de crédito e na atividade econômica. Com a desaceleração da atividade, a inflação deixa de ser alvo de preocupação e deve convergir para o centro da meta, de 4,5%. A fim de estimular o crescimento econômico, espera-se que o Banco Central inicie um ciclo de cortes na taxa SELIC, que encerraria o ano em 11,75%.



Recife (PE)

Av. Conselheiro Aguiar, 3.670 – 1º andar

CEP 51020-021

www.mjds.com.br **banorte**